

## **O COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL DA FLORESTA: 1858-2010**

**Suzana Quinet de Andrade Bastos**

Professora do Curso de Pós-Graduação em Economia Aplicada /UFJF  
quinet.bastos@ufjf.edu.br

**Luciana de Assis Mauler**

Mestre em Relações Internacionais – PUC/RJ

**Carolina Moraes Sarmiento de Assis**

Aluna do Curso de Economia - UFJF  
assis\_carolina@hotmail.com

### **RESUMO**

A análise do processo de industrialização brasileira demonstra ser o complexo agro-exportador o principal financiador do capital industrial. A análise desse processo na cidade de Juiz de Fora, evidencia que a transferência direta do capital cafeeiro para o capital industrial não ocorreu de forma generalizada. O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um dos poucos exemplos de transferência direta do setor cafeeiro para o setor industrial. A partir da fazenda de café surgiu a indústria têxtil, que após passar por um período de grande lucratividade, enfrentou uma grave crise no início dos anos 80. Entretanto, a empresa se recuperou cortando custos e se modernizando técnica e administrativamente.

Palavras Chaves: Complexo agro-industrial; Fazenda da Floresta; Fabrica de Tecidos São João Evangelista

### **ABSTRACT**

Analysis of the Brazilian industrialization process proves to be the complex agro-export the main financier of industrial capital. The analysis of this process in the city of Juiz de Fora (MG), shows that the direct transfer of the coffee capital to industrial capital was not so widespread. The agroindustrial complex of the Floresta, in Juiz de Fora is one of the few examples of direct transfer of the coffee capital to industry. From the coffee farm did the textile industry, which after passing through a period of high profitability, faced a major crisis in the early 80s. However, the company has recovered by cutting costs and modernizing itself technically and administratively.

Key words: Agro-industrial Complex, Floresta Farm, Textile Manufacture São João Evangelista

## **1 – INTRODUÇÃO**

A acumulação de capital é condição “sine qua non” para que se inicie qualquer processo de industrialização. No Brasil, este processo se deu tardiamente se comparado aos países europeus, EUA e Japão. No Brasil o excedente que permitiu a acumulação de capital esteve ligado ao desenvolvimento da economia mercantilista. O café foi responsável pela criação dos pré-requisitos para o surgimento do capital industrial e da grande indústria brasileira (MELO, 1987).

Segundo Giroletti (1988), a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. A abolição da escravatura também é considerada como fator fundamental de industrialização na medida em que acelerou mudanças estruturais com a introdução de mão-de-obra livre e especializada. A imigração foi outro fator relevante para a industrialização, ao

intensificar o processo de divisão social do trabalho e diversificar os mercados de mão-de-obra e interno.

Dentro deste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação e desenvolvimento do complexo agroindustrial da Floresta, na cidade de Juiz de Fora (MG), enfatizando como se deu a transferência de capital da fazenda de café para a fábrica de tecidos, bem como o desenvolvimento da atividade industrial.

O trabalho apresenta-se dividido da seguinte forma. Além desta introdução, o tópico segundo narra a transferência do capital cafeeiro e o surgimento da indústria têxtil em Juiz de Fora. O tópico terceiro fala do desenvolvimento da fábrica de tecidos durante o século XX e início do século XXI. Na conclusão são apresentadas as considerações finais.

## **2 – O CAFÉ, A FAZENDA, O CAPITAL E A FÁBRICA TÊXTEL**

Saibam quantos este público instrumento de escritura virem que, sendo no ano de mil oitocentos e cinquenta e oito aos vinte e três dias do mês de julho do dito ano, nesta cidade de Paraibuna, em casa de Antonio Caetano de Oliveira Horta, aonde eu tabelião vim, ali comparecerem perante mim partes havidas e contratadas, a saber, de uma como vendedor e dito Antonio Caetano Oliveira Horta e de outra comprador, Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis (...) e me foi dito por aquele vendedor que entre os mais bens de que era senhor e possuidor se compreendia uma fazenda denominada Retiro, situada no distrito desta cidade, que se compõe de três sesmarias de terra mais ou menos, com casa de vivenda de sobrado, paióis, engenho de café e serra senzala, moinhos e todas as mais benfeitorias e cafezais novos e velhos (...) cujas terras, casas e todas benfeitorias declaradas vendia como vendidas tinha de hoje para sempre ao comprador Tenente Coronel Francisco Ribeiro de Assis pela quantia de quarenta contos de reis à vista. (OLIVEIRA, 1956)

Na data de 23 de junho de 1858 tinha início o que mais tarde denominou-se de complexo agroindustrial da Floresta. Juiz de Fora ainda era cidade do Paraibuna e havia sido elevada da Vila àquela condição há apenas dois anos.

Francisco Ribeiro de Assis (05/10/1807) que deu início a esse complexo, sempre esteve ligado à política sendo vereador em várias legislaturas, demonstrando que o poder político já estava vinculado ao poder econômico. Um século mais tarde, a fazenda mantinha a tradição política, sendo palco de encontro de diversos políticos influentes no Brasil<sup>1</sup>.

Em fevereiro de 1863, Francisco se casa em segundas núpcias com Carolina Isabel Campos (34 anos mais nova) e o casal vai morar na sede da fazenda que, então, era uma pequena pousada e ficava próxima da antiga estação de trem do Retiro. Os paióis, engenho de

---

1 Em sua sede se reuniram Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (primo de João Penido), Olegário Maciel e Getúlio Vargas, quando decidiram desencadear o histórico movimento da revolução de 30. Também ali, em 8 de abril de 1933, se achava hospedado o presidente Olegário Maciel, quando foi visitado pelo chefe do Governo Provisório da República, Getúlio Vargas. Nessa ocasião, reuniu-se na fazenda a Comissão Executiva do Partido Progressista, tomando-se diversas importantes deliberações políticas. (PROCÓPIO FILHO, J. 1973)

café e senzalas ficavam onde hoje é a sede da fazenda. Em razão de freqüentes desordens dos escravos e de incêndio no paiol – o lugar ficou conhecido como “Fazenda do Paiol Queimado” – Francisco resolveu transferir a sede para perto das benfeitorias, ponto central da fazenda.

Pouco depois de a cidade ter seu nome mudado de Cidade do Paraibuna para Cidade de Juiz de Fora em 1865, a fazenda também trocou de nome. De Retiro passou a se chamar Floresta, transferindo-se o casal para a “Casa-grande”, sede recém-construída.

Francisco dedicou-se integralmente à fazenda que estava em sua maior parte em matas virgens, aumentando a plantação de café e de cereais. Havia também criação de gado, de porcos e de carneiros, cuja lã era aproveitada pelas escravas. Por volta de 1873, é a esposa Carolina, que com a morte do marido, passa a dirigir a fazenda surpreendendo a todos ao dar continuidade à prosperidade.

A fazenda da Floresta ilustra bem o quadro geral das fazendas da segunda metade do século XIX, que segundo Lima (p.43 1978), “(...) eram unidades auto-suficientes que além do café sempre produziam alimentos para o seu consumo.”E realmente houve época que na fazenda da Floresta só se comprava o sal para o consumo, sendo tudo o mais produzido internamente.

O café, principal produto da fazenda, podia ser transportado sem muita dificuldade para o Rio de Janeiro, visto que a inauguração da rodovia União Indústria se deu em 1861, menos de três anos após a compra da fazenda. A Rodovia revolucionou o sistema de transporte em Minas Gerais e levou Agassiz (p.59, 1865) a afirmar que a rodovia “*oferece todas as facilidades de transporte desejáveis às ricas colheitas de café que, de todas as fazendas da região, descem incessantemente para o Rio*”. De igual importância para escoamento da produção cafeeira foi a chegada dos trilhos das ferrovias à Juiz de Fora: ferrovia D. Pedro II, em 1875 e Estrada de Ferro Leopoldina por volta de 1885.

Ainda que a fazenda seguisse prosperando, 1888 trouxe a abolição e conseqüentemente grandes transtornos para os fazendeiros. Carolina libertou seus escravos<sup>2</sup>, muitos dos quais preferiram continuar na floresta, e neste mesmo ano muda-se para a cidade, praticamente abandonando a fazenda, o que acarretou uma significativa queda de produtividade do trabalho e conseqüentemente da produção agrícola.

Dois anos mais tarde, em 1890, João Penido (genro de Carolina) assume a direção da fazenda encontrando-a em péssima situação: cafezais abandonados, endividada e sem capital

---

2 Carolina mandou buscar seu filho Theodorico, então com 15 anos, no colégio, para libertar os escravos.

para custeio. Muito novo e sem experiência, João Penido passa a gerência da fazenda para seu cunhado, Theodorico, então com 20 anos, que acabara de passar um ano na Europa.

Foi preciso lutar bastante nos primeiros anos. Por serem pequenas as colheitas, por serem velhas e falhadas as lavouras e com uma dívida de RS 80.000\$000 (80 contos de réis) cujos juros consumiam as pequenas sobras da produção. Com muita economia e elevação do preço do café – conseguiu-se em 1900 amortizar toda dívida e começar a plantação de novas lavouras. (450.000 pés de café, alguns anos depois) (OLIVEIRA, 1956).

Sob sua gerência, a Fazenda da Floresta tomou novo impulso. Theodorico cuidou da lavoura de café e também, da produção, ainda que em pequena escala, de milho, feijão e forragens. Instalou maquinário moderno (movido a eletricidade) para o preparo do café e iniciou a criação de gado holandês e flamengo, importando da Europa os primeiros reprodutores. Construiu uma capela, uma escola, novas casas para os colonos através de reforma das velhas e, comprou um sítio vizinho, denominado de “Malacacheta”, aumentando a área da fazenda.

No que se refere à mão-de-obra dos imigrantes, Oliveira (1975) afirma que em 1888 passaram por Juiz de Fora 7.246 estrangeiros (italianos, portugueses, belgas, alemães, espanhóis) para substituição da mão-de-obra escrava nas fazendas de café. Parte desta mão-de-obra se dirigiu para a fazenda da Floresta, principalmente os de descendência italiana.

A produção de café se expandia na fazenda e segundo Esteves (1915, p.115/116):

Entre outros (...) tenho visto na fazenda da Floresta – dos Srs. Cel. Theodorico de Assis e deputado João Penido – cafezais velhos, muito velhos, os quais, entretanto, graças ao trato, são árvores lindíssimas, pujantes, de folhagem verde negro e de remuneradora produção. Quando as vi as últimas vezes tinham elas grande carga.

Mais adiante, continua:

Temos aqui mesmo, em nosso município, lavradores que podem servir de significativos modelos (...) o Cel. Theodorico de Assis que na Fazenda da Floresta em um talhão, denominado “Pary” de 98.818 pés, em 1912 colheu mais de 7.000, em 1913, 10.000 e este ano 12.350 arrobas: em outro talhão – “Ceveiro” – com 97.628 pés de 4 a 8 anos colheu este ano 10.00 arrobas.

Theodorico, em 1908, fundou juntamente com o Dr. Luiz de Souza Brandão a Cia. Agrícola de Juiz de Fora.<sup>3</sup> Em 1907, Theodorico foi convidado a fazer parte da diretoria da

---

3 Dr. Luiz de Souza Brandão era médico, industrial, fazendeiro e vereador, tendo permanecido na Câmara Municipal de 1901 a 1922 (ANDRADE, 1987)

Companhia Mineira de Eletricidade (CME). Quatro anos mais tarde, sua família seria dona da maioria das ações da Cia. e Theodorico permaneceria no cargo por 30 anos<sup>4</sup>.

Theodorico, desde que assumiu a direção da fazenda, pensou em estabelecer em suas terras uma fábrica de tecidos. Tinha ele a intenção de ocupar a mão-de-obra feminina (mulheres e filhas dos colonos), mas como não entendia do assunto, foi adiando o projeto. Em 1923, a oportunidade surgiu de duas formas: na figura de seu cunhado e engenheiro Dr. Frederico Augusto Álvares da Silva e na possibilidade de comprar uma fábrica de cobertores que existia na cidade de Juiz de Fora.

Dr. Frederico veio naquele ano para Juiz de Fora, como superintendente da CME, em substituição ao Dr. Henrique Burnier que havia falecido. O engenheiro era conhecedor da indústria têxtil, visto que além de ter sido diretor da Cia Cedro e Cachoeira, em Caetanópolis (MG) fundou e dirigiu por longo tempo uma tecelagem em Alvinópolis (MG). Foi ele quem aconselhou Theodorico sobre a aquisição da fábrica de cobertores.

A Fábrica de Tecidos São João Evangelista (S J E) era, então, uma fábrica de cobertores que existia na atual av. Sete de Setembro O Cel. Manoel Lourenço Jorge Júnior, Cônsul da Portugal era, em 1923, o proprietário<sup>5</sup>. Entretanto, segundo Esteves (1915) o fundador da fábrica, que em 1914 produzia “caclesiário e zephires”, contando com 40 operários e, situada à Rua Botanágua 436, foi o Sr. Cel. João Evangelista da Silva Gomes que mais tarde vendeu-a ao Cônsul; tendo mantido a propriedade do prédio<sup>6</sup>.

Theodorico comprou a fábrica em 2 de abril de 1923 por 100.000\$000 (cem contos de réis) constituindo a firma individual “Theodorico de Assis”, que tinha o Dr. Frederico (cunhado) como responsável-técnico (DIÁRIO MERCANTIL, 1972)

A fábrica produzia além de cobertor, toalha, colcha, e guardanapo sendo que o acabamento dos dois últimos produtos não era feito na própria fábrica<sup>7</sup>. A compra de fios de algodão era significativa, demonstrando que não havia um setor de fiação. Entretanto, devido a existência de atividades de alvejaría, pressupõe-se que se comprava o fio cru<sup>8</sup>.

---

4. Havia incompatibilidade política entre os representantes do grupo fundador (Mascarenhas), e o grupo interessado nas ações (Assis-Penido). Esses últimos se fizeram representar por Henrique Burnier, contraparente dos Assis, engenheiro, recém-chegado dos EUA e que trabalhava em São Paulo. Os Mascarenhas acharam que se tratava de empresário americano e somente na hora da transação foi revelada a identidade dos compradores.

5 Essa versão foi extraída do Jornal Diário Mercantil (Nov. 1972). Existe outra versão contada por Júlio Álvares de Assis: Oscar Rodrigues seria dono da fábrica, e em dificuldades teria pedido dinheiro emprestado ao amigo Theodorico. O Cel. Theodorico não emprestando, Oscar pergunta se ele compraria a fábrica e ele compra.

6 O pagamento de aluguel à viúva do Cel. Theodorico aparece no livro “Diário”.

7 O pagamento do acabamento das colchas e guardanapos aparecia no livro “Diário”.

8 Supôs-se a existência de e alvejaría pelas compras de produtos químicos e sabão básico para alvejaría.

De acordo com SJE (1924), a fábrica passou por uma grande reorganização, visto que vários foram os gastos: instalações (cimento, cal, pedras, tijolos, areia, madeira, arame); consertos de máquinas (peças, pentes e esferas para tear, corda de juta para espuladeira); mudança da instalação elétrica; aquisição de novos materiais (balança de 200 quilos, balde graduado, tesouras, máquina de esmeril, máquina de escrever); construção de tanque entre outros. Além disso, Theodorico modifica o tear para toalhas felpudas e realiza o registro telegráfico da firma.

Na primeira metade de 1924 terminam as obras físicas na fábrica, entretanto, continuam os investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e na manutenção e reforma de máquinas, serviços esse, feito na maioria das vezes, por funcionários da CME. Em primeiro de julho de 1924, a firma individual “Theodorico de Assis” se transforma em “Assis e Cia Ltda” com capital constituído conforme Quadro 1.

**QUADRO 1 – Constituição do capital da firma “Assis e Cia Ltda.” – 1924**

<b>Sócios</b>	<b>Capital</b>
Theodorico R. de Assis	330:000\$000
João Nogueira Penido <sup>9</sup>	150:000\$000
João Ribeiro Vilaça <sup>10</sup>	120:000\$000
Total	600:000\$000

Fonte: FTSJE (ano)

De acordo com Stein (p.119; 1979),

(...) de 1921 a 1927, entrou no país grande quantidade de máquinas de fiação, tecelagem, estamperia e outros equipamentos acessórios. Após 1925, ano em que os preços do café atingiram o seu auge, as importações de máquinas têxteis começaram a declinar. No período 1922-1927, ingressou no país um volume de máquinas têxteis – medidas pelo seu peso – quase três vezes maior que nos sete anos anteriores. O pagamento foi facilitado, após 1923, pelas indústrias de máquinas da Inglaterra e de outros países que aceitaram parcelá-lo em prestações, tornando-se possível erguer uma fábrica de tecidos com pequeno e às vezes pequeníssimo dispêndio de capital.

Theodorico, provavelmente aproveitando-se da situação favorável para aquisição de máquinas têxteis, encomenda, em 1925, da Inglaterra, máquina para fiação e máquina de escovar e decatir. As importações de peças e máquinas foram realizadas em sua maioria através da firma “Glossop e Cia”.

Em março do mesmo ano fez-se o “reconhecimento de firma” da planta do novo prédio da fábrica, próximo à Fazenda da Floresta. O gasto com as obras físicas de construção do

---

9 Cunhado de Theodorico. Político.

10 Marido da sobrinha de Theodorico. Médico.

novo prédio foi feito com dinheiro proveniente da fazenda, ou seja, do café, demonstrando que os altos lucros da atividade cafeeira permitiam a transferência de excedentes para a indústria.

Em junho, a máquina de fiação começa a ser montada por um técnico inglês e são contratados aprendizes para a fiação; no final do ano iniciam-se as compras de algodão para a fiação. Em novembro de 1925 a fábrica é transferida para o novo prédio na Floresta (SJE, 1925).

A partir de então se inicia uma fase – que durou décadas – de significativo assistencialismo aos operários, o que provavelmente explica a não ocorrência de greves durante estes anos. Diferente foi o período que a fábrica funcionava na cidade, pois de 1920 a 1924, os trabalhadores entraram em greve por três vezes. (DUTRA, 1988)

Na greve de 1920, aderiram os trabalhadores das fábricas de tecidos e estabelecimentos industriais reivindicando jornada de 8 horas, pagamento de 50% de horas extras e pagamento dos dias parados<sup>11</sup>. Em 1923, a paralisação dos operários da SJE se deu em protesto pela dispensa de um mestre-de-obras. (DUTRA, 1988). Em 1924, os operários da fábrica aderiram, no terceiro dia, à greve que se pretendeu geral e chegou a mobilizar 8.000 operários na cidade. Porém, retornam ao trabalho quatro dias depois. Neste episódio, Frederico Álvares da Silva participou de reuniões de industriais na tentativa de solucionar o problema.

Em 1926, a empresa participou de uma exposição industrial e agrícola em Juiz de Fora, na qual recebeu o diploma e inclusive medalha de ouro, demonstrando a boa qualidade dos produtos fabricados (SJE, 1926).

A partir de 1927, Theodorico Alvares de Assis – filho de Theodorico – que acabava de retornar da Europa, onde frequentou *The College of Technology* na Universidade de Vitória em Manchester, passa a dirigir a fábrica substituindo o Cel. Frederico, o qual continuou a influenciar diretamente o rumo dos negócios<sup>12</sup>.

Através do relatório apresentado por Theodorico aos sócios em fins de 1927, identificou-se que neste ano o número de operários era de 80 (o dobro de 1915) e eram 20 os teares que produziam 34.439 colchas, 38.447 cobertores e 14.488 metros de tecidos diversos. A fiação produzia 45.204 quilos de fios. (SJE, 1927) O setor de vendas da fábrica funcionava baseado em representantes comissionados que vendiam a produção para várias partes do país.

---

11 Supôs-se a participação dos operários da SJE.

12 Daqui pra frente “Theodorico” é sempre o filho e “Cel. Theodorico” o pai.

Segundo STEIN (p.123, 1979) “os vinte e cinco anos de prosperidade da indústria têxtil no Brasil começaram a se esgotar em 1926, quando surgiram no país os primeiros indícios da grande depressão de 1929, sobretudo o declínio dos preços das mercadorias causado pela superprodução”.

A situação nacional foi acompanhada pela indústria local, pois segundo Theodorico (SJE, 19270:

(...) o primeiro semestre de 1927 se caracterizou por franca venda de mercadorias a preços bem satisfatórios; no segundo semestre houve pouca procura, baixa considerável nos preços, apesar da grande alta de nossa matéria prima (algodão, resíduos de algodão e todo o fio de urdimento).

Assim, a partir de 1927, ressentindo-se da depressão mundial, as vendas começaram a cair e a pressionar a rentabilidade da fábrica que no ano de 1930 apresentou prejuízo em seu balanço. Em 1932 há uma nova alteração na forma de organização da empresa e a firma “Assis e Cia Ltda.” se transforma em S.A. Fábrica de Tecidos São João Evangelista, ainda que as ações tenham permanecido nas mãos do mesmo grupo.

### 3 – A FÁBRICA DE TECIDOS SÃO JOÃO EVANGELISTA

Em 14 de abril de 1932 foi realizada a assembléia preparatória da “Sociedade Anônima Fábrica de Tecidos São João Evangelistas”. Em 19 do mesmo mês realizou-se a assembléia geral para constituição definitiva da sociedade. Nesta assembléia, que como a primeira foi realizada na casa do Cel. Theodorico foi apresentada a avaliação dos bens da firma “Assis e Cia. Ltda.”, pois a nova sociedade foi constituída com o patrimônio desta. O capital inicial da SJE foi de RS 700:000\$000 dividido conforme Quadro 2.

**QUADRO 2 – Capital inicial da SJE**

<b>Acionistas</b>	<b>Capital</b>	<b>Ações</b>
Cel. Theodorico Ribeiro de Assis	382:800\$000	1914
Dr. João Nogueira Pendio	174.000\$000	870
Dr. João Ribeiro Villaça	139:000\$000	696
Outros*	4:000\$000	20

FONTE: SJE (1932)

Obs: \*Quatro filhos de João Villaça, 7 filhos e 1 nora do Cel. Theodorico de Assis

Em seu primeiro estatuto a sociedade definiu como objeto a fiação e tecelagem de resíduos de algodão e atividades conexas, bem como o comércio destes produtos. O prazo de duração da sociedade foi definido em 30 anos podendo ser prorrogado.



A administração ficaria a cargo de uma diretoria composta de dois membros, um diretor presidente e um diretor gerente, que deveriam caucionar a responsabilidade da gestão com 50 ações cada um; e um conselho fiscal composto de três fiscais e três suplentes (Quadro 3).

**QUADRO 3 – Quadro Administrativo da SJE 1932 – 1932**

<b>Diretor presidente</b>	João Ribeiro Villaça
<b>Diretor gerente</b>	Theodorico Álvares de Assis
<b>Conselho fiscal</b>	Cel. Theodorico Ribeiro de Assis
	João Nogueira Penido
	Frederico Álvares de Assis
<b>Suplentes</b>	Francisco Álvares de Assis
	Júlio Álvares de Assis
	Albino Machado

Fonte: SJE (1932)

Obs: Diretorias e Conselhos de períodos posteriores no ANEXO 1

A partir de 1932, a diretoria recém constituída dá um grande impulso à produção, através da aquisição de novas máquinas, equipamentos e um caminhão. Constrói uma garagem, um depósito para matéria-prima e um prédio específico para a seção de algodão hidrófilo. Abre um escritório na cidade do Rio de Janeiro e monta um posto de gasolina ao lado da fábrica, na Floresta. A empresa participa de concorrências e vende estopa para o Governo Federal, através do escritório do Rio.

Ainda que a SJE (1932, 1933) tenha apresentado lucro em 1932, é em 1933 que distribui os primeiros dividendos. (ANEXOS 2). Em fins de Setembro de 1933 a diretoria decide por instalar na fábrica um setor de estamperia. Com esta finalidade Theodorico faz diversas viagens ao Rio de Janeiro e São Paulo e contrata o técnico inglês, Chatwood, para ser o responsável pelo novo setor. Para a estamperia além da máquina para estampar que foi importada, comprou-se outras novas e usadas, adquirindo essas últimas da Fábrica Maria Zélia de São Paulo<sup>13</sup>. Entre as novas máquinas foram adquiridos: esticadeira, máquinas de medir e dobrar, autoclave, e um aquecedor para caldeira; além de ser construído um tanque.

Neste mesmo período a SJE arrendou a Fábrica de Tecidos Portella Ltda. situada em Entre Rios (atual Três Rios - RJ) com a intenção de produzir pano para ser estampado na estamperia recém-montada em Juiz de Fora, a título de experiência. O arrendamento durou pouco tempo, mas a estamperia continuou suas atividades adquirindo a matéria-prima (pano) de outras fábricas do Estado de Minas Gerais.

---

<sup>13</sup>No ano de 1924 a Fábrica e a Vila Maria Zélia foram vendidas, ficando em mãos da família Scarpa até 1928. É então rebatizada como Vila Scarpa. Em 1929, como pagamento das hipotecas vencidas, o grupo Guinle toma posse da Vila, restituindo-lhe o antigo nome. Fábrica foi desativada aproximadamente em 1931.

Com a montagem da estamperia e a contratação de mais mão-de-obra, foram construídas casas operárias próximas a fábrica, que se juntaram às que já haviam sido construídas por ocasião da mudança da fábrica para a Floresta, sendo constituídas as vilas-operárias.

Em 1934 se verifica o primeiro aumento de capital da SJE para fazer face à instalação dos novos maquinários e da moderna estamperia. (ANEXO 3). Neste mesmo ano a empresa participa de exposições, feiras e faz propaganda<sup>14</sup>, compra outro caminhão, um carro, telefones internos e móveis para o escritório do Rio, o qual devido ao intenso movimento contrata novos funcionários.

Apesar da fase de expansão da empresa a produção do setor de estamperia não correspondia às previsões realizadas. Ainda que não se verificasse prejuízo, os insignificantes lucros obtidos não compensavam os recursos necessários para movimentar a seção. Essa situação era consequência da dificuldade de se adquirir o pano cru no mercado interno face á política governamental que proibia a importação de máquinas de fiação e tecelagem.

Através do decreto de 7 de março de 1931, o Governo Federal restringiu por seis anos a importação de máquinas para indústrias cuja produção “fosse considerada excessiva pelo Governo”. Em 13 de maio do mesmo ano, a indústria têxtil de algodão foi declarada em estado de “superprodução”. Desta forma somente era permitido à indústria têxtil nacional importar máquinas novas e peças sobressalentes para reposição de equipamentos e instalações obsoletos ou desgastados (STEIN, p.145 1979)

A questão da “superprodução” do setor foi encarada como polêmica nos anos 30. De um lado havia os defensores da superprodução do setor e de outro os que afirmavam que essa não passava de um artifício dos grandes industriais de São Paulo no intuito de garantirem para si o privilégio de abastecerem o mercado interno, ou seja, o monopólio da produção de tecidos. Essa última hipótese parece ser a mais verdadeira, pois foi entregue ao presidente Getúlio Vargas, em outubro de 1938 um relatório que chamava a atenção para a “precariedade científica, da superprodução, que os industriais têxteis de algodão alegavam”. Segundo esse relatório não havia superprodução, mas talvez um saturamento de certos mercados de tecidos, particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o fim das restrições só aconteceu com a expiração do decreto em 31 de março de 1937. (STEIN, 1979)

---

14 Participa da Feira de Amostras no Rio de Janeiro e Exposição em Uberaba. Anuncia nos jornais: Gazeta Comercial e Estado de São Paulo; nas revistas: Universitária e Vida Doméstica (SJE, 1934).

Em junho de 1937 inicia-se a construção do prédio da nova fábrica e realiza-se uma pesquisa de mercado para aquisição das máquinas. Tomando conhecimento desse interesse, um representante da indústria de máquinas têxtil americana (Saco Lowell Shops) que se dirigia a Buenos Aires, modifica sua rota e, no Rio de Janeiro, mostra aos dirigentes da SJE a qualidade de suas máquinas.

Theodorico então viaja para os EUA a fim de ver as máquinas de perto. Primeiramente viu-as funcionando nas grandes fábricas têxteis de Atlanta (Geórgia) e depois foi até a sede da *Saco-Lowell* em Boston (Massachussets). Convencido da boa qualidade das máquinas e com o aval do pai (Cel. Theodorico) decide importar toda a fiação dos EUA. A tecelagem também foi importada, só que da Inglaterra (SJE, 1937).

A importação de máquinas em 1937 se encaixa no quadro nacional, pois, após a suspensão das restrições às importações, o volume de máquinas têxteis importadas, cujas encomendas se acumularam durante os seis anos anteriores, quase alcançou os níveis máximos de 1924 e 1926<sup>15</sup>. A Inglaterra e a Alemanha forneceram a maior parte dos equipamentos às empresas nacionais, bem abaixo, em terceiro e quarto lugar, vinham a Suíça e um fornecedor relativamente novo, os Estados Unidos. A aquisição da fiação americana, ainda que em desacordo com a maioria das opiniões de vários industriais, demonstra a “ousadia” dos dirigentes da SJE (STEIN, 1979)

A fiação custou 80.000 e a tecelagem 8.000 libras, não incluídos os direitos de importação e gastos de instalação. Fiação americana e tecelagem inglesa, ou seja, dos batedores aos teares, passando pelas cardas, passadores, maçaroqueiras, filatórios, espuladeiras, bobinadeiras e urdideiras, comprou-se uma fábrica completa e totalmente nova instalando-a de acordo com um lay-out modelo.

Quando em 1938 chegaram as máquinas, houve um intenso movimento. De uma só vez chegaram 250 teares e 5.000 fusos. O número de operários, que girava em torno de 300, dobrou. Às vilas que tinham 147 casas se juntaram mais 108 que estavam sendo construídas.

A inauguração da “Fábrica Nova” se deu a 10 de julho de 1938 com uma grande festa, fazendo “jus” ao tamanho do empreendimento. No discurso de inauguração, Teodorico agradeceu aos amigos e banqueiros nacionais que facilitaram as operações de crédito necessárias à realização do investimento<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Em 1937 foram importados 8.646.908 quilos e no ano seguinte 11.137.000 quilos.

<sup>16</sup> Crédito não deve ter sido empecilho para o investimento, visto que o grupo Assis-Penido-Villaça possuía grande prestígio na cidade..

Entretanto, mesmo depois de expirado o decreto que proibia a importação de máquinas, as dificuldades da indústria têxtil nacional prosseguiram. A questão da “superprodução” e sua superação continuaram causando polêmica. Em janeiro de 1939, foi eleito como prioridade o favorecimento das exportações, na intenção de se obter um consenso mais amplo entre os industriais brasileiros. Alguns desses referiram-se às exportações como “a principal medida” para debelar a “crise”; outros falavam da “conquista de novos mercados”; todos enfim, apelaram ao governo federal para que facilitasse as vendas ao exterior (STEIN, 1979).

Com a deflagração da II Grande Guerra em 1939, tornou-se ociosa a controvérsia sobre superprodução ou subconsumo, pois, tudo o que não se conseguia vender, aos preços vigentes, no mercado interno, passou a ser embarcado com destino aos países beligerantes. Mas as dificuldades da indústria têxtil não desapareceram de imediato, pois os efeitos provocados pela guerra só se fizeram sentir plenamente dois anos depois, quando os produtores têxteis europeus e japoneses desapareceram do mercado mundial. A indústria têxtil de algodão do Brasil ingressou, então, num período de grande prosperidade. (STEIN, 1979)

Acompanhando a indústria nacional como um todo a SJE entrou também numa fase de grande prosperidade. Vendendo para o Brasil inteiro e, com a guerra, para o mercado internacional, a fábrica teve lucros extraordinários e distribuiu dividendos significativos. (ANEXO 2)

Em maio de 1942, um engenheiro da Saco-Lowell visita a SJE e, em junho, a fábrica recebe carta da empresa americana elogiando as condições (reportadas pelo engenheiro) das máquinas de fiação e afirmando ser motivo de orgulho a venda mensal de mais de 800.000 metros de tecidos além de 15.000 quilos de fios.

Em 1944 os industriais de têxteis brasileiros são chamados a abastecer a *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*<sup>17</sup> (UNRRA) e o *Conseil Français d'Approvisionnement* com um total de 137.100.000 metros de tecidos. A SJE contribuiu enviando algumas centenas de metros de tecido para a UNRRA.

Observando-se o volume e o valor da produção de tecidos de 1940 a 1945 no Brasil, verifica-se que os fabricantes de tecidos tinham boas razões para sentirem-se “eufóricos”. A produção que era de 840.168.000 metros em 1940 atingiu o auge de 1.414.336.000 metros, três anos depois. Em 1945, as indústrias brasileiras continuaram produzindo mais de um bilhão de metros. O crescimento das exportações foi ainda mais espetacular que o da

---

17Organização fundada (1943), durante a II Guerra Mundial para dar ajuda às zonas libertadas das potências do Eixo..China, Checoslováquia, Grécia, Itália, Polônia, República Socialista Soviética da Ucrânia e Jugoslávia foram os principais beneficiários.

produção total em metros. Só no ano de 1941, por exemplo, os industriais e exportadores embarcaram para o exterior 92.379.320 metros – quantidade superior ao total exportado nos dez anos anteriores. (STEIN, 1979)

Em 1943, o país exportou mais do que o triplo que em 1941, principalmente para a Argentina e África do Sul. Esses dois países absorveram mais de 50% dos tecidos exportados pelo Brasil entre 1941 e 1945, tendo a África absorvido mais de 50% das exportações da SJE (ASSIS, J. A., 1993)

Os altos lucros da SJE durante a guerra possibilitaram a realização de dois empreendimentos a partir de seu capital (casa bancária e empresa aérea), ainda que ambos não tenham obtido sucesso, a fábrica em si continuava prosperando

Em 4 de outubro de 1943 foi fundado na cidade de Juiz de Fora a “Casa Bancária Fortini, Repetto e Cia Ltda.” que um ano depois se transformou em Sociedade Anônima, com a denominação de “Casa Bancária Financeira de Minas S.A.”<sup>18</sup>. Esse empreendimento contou com significativa participação acionária da família Assis através da SJE. Ricardo Fortini Filho e Roberto Repetto dirigiram o banco até 1960. Irresponsabilidades administrativas acarretaram prejuízos, os quais foram arcados pela SJE, na pessoa de Theodorico Álvares de Assis. Em 1960, o banco foi vendido para o empresário Moreira Salles (SJE, 1943).

Outro empreendimento realizado com o capital da SJE foi a constituição de uma empresa aérea com sede em São Paulo, aproveitando-se da grande oferta de aviões, a baixos preços, pelos países recém-saídos da guerra. A NATAL (Navegações Aéreas Theodorico de Assis Ltda.) foi criada em 3 de outubro de 1946 com capital de Cr\$ 5.000.000,00 dividido em 25.000 ações. A empresa possuía uma frota de quatro aviões “Douglas C-47” e linhas para Rio de Janeiro/São Paulo e depois São Paulo/Campo Grande e cidades do interior paulista. O Dr. Cyro Novaes Armando, piloto chefe (ex piloto da Vasp)<sup>19</sup>, era o único acionista da empresa que não pertencia ao grupo proprietário da SJE Três anos mais tarde a empresa aérea foi vendida em consequência de problemas administrativos (SJE, 1946).

A expansão extraordinária das exportações e dos lucros das fábricas de tecidos e algodão e o aumento incessante dos preços levaram o governo federal a preocupar-se com a situação dos consumidores brasileiros. A escassez e o encarecimento dos tecidos de algodão disponíveis para o mercado interno pesou consideravelmente na decisão tomada pela Comissão Executiva Têxtil (CETex) de suspender as exportações por noventa dias, a partir de

---

18 A Casa Bancária ficou conhecida como Banco da Cidade de Juiz de Fora.

19Dr. Cyro foi quem sugeriu o empreendimento por ser muito amigo do Dr. Júlio Álvares de Assis.

1º de março de 1946. A suspensão foi prorrogada por mais dois períodos até o final daquele ano. Este decreto encerrou os tempos de euforia do ciclo exportador para muitos fabricantes de tecidos, trazendo novamente para a ordem do dia o velho tema da superprodução e da crise (STEIN, 1979).

A empresa SJE não foi inicialmente afetada com a ordem da CETex, pois segundo relatório dos acionistas, o ano de 1946 transcorreu sem percalços e, apesar da proibição das exportações, não houve diminuição de vendas, por estarem os produtos “muito acreditados”, no mercado interno. As matérias-primas acusaram alta sensível de preço e alguma escassez na aquisição, mas graças às diligências da fábrica, a produção manteve-se boa e semelhante a dos anos anteriores.

Em 1947, segundo relatório apresentado no fim do exercício, a crise atinge a fábrica.

Tivemos em 47, três períodos distintos no andamento de nossos negócios. O primeiro que abrange o primeiro quadrimestre e que se caracterizou por grande animação por parte dos compradores, tendo os preços dos tecidos atingido o máximo até então registrado em nossos livros. O segundo corresponde ao segundo quadrimestre observando-se fenômeno totalmente diverso ao primeiro: paralisação total nas compras, com o agravante do grande número de pedidos já registrados serem cancelados pelos compradores, o que contribuiu de modo assustador para a formação do grande “stock” verificado em 30 de agosto de 47. Nesta época as perspectivas eram deveras sombrias para toda a indústria brasileira. Felizmente entrou o terceiro período, abrangendo os quatro meses seguintes, que veio aliviar a grande tensão, então, existente (SJE, 1947).

Com o fim da guerra os industriais têxteis brasileiros se depararam com uma realidade nada favorável. Os principais fornecedores dos mercados que o Brasil passou a abastecer a partir de 1939, preparavam-se para retomá-los. As máquinas e equipamentos da indústria têxtil brasileira encontravam-se desgastadas e conseqüentemente seus produtos estavam perdendo qualidade e seus preços se elevando. Era preciso reaparelhar a indústria, mas já em 1945, tanto os EUA como a Inglaterra comunicaram que só iriam exportar equipamentos têxteis “antigos e desgastados”, pois estavam reaparelhando suas próprias fábricas com a intenção de recuperar seus antigos mercados. (STEIN, 1979).

Quando se tornou possível importar máquinas novas, outro problema se apresentou aos industriais brasileiros: não havia recursos para reequipar a indústria. A carência de recursos se devia aos exorbitantes dividendos e bônus distribuído durante a guerra, o que teria impossibilitado a realização de uma reserva para este fim. (STEIN, 1979) (Tabela 1)

Para Stein (1979), a indústria têxtil nacional entrou na década de 50 atrasada tecnicamente devido à “estagnação do progresso técnico” na área dos equipamentos e à “ausência de progresso das técnicas de administração das empresas”

**TABELA 1 – Razão dos Dividendos e Bônus para o Capital - Indústrias Têxteis - Brasil, 1943**

<b>Fábrica</b>	<b>Capital (contos)</b>	<b>Dividendos e Bônus (contos)</b>	<b>Razão (%)</b>
São Pedro de Alcântara	6.600	3.060	60
São João Evangelista	9.000	4.050	45
Cotonifício Gávea	5.000	1.800	36
Industrial Campista	6.000	2.100	35
Confiança Industrial	9.000	3.150	35
Corcovado	15.000	4.125	27,5
Esperança	10.000	2.550	25,5
Maria Cândida	4.500	1.125	25
Brazil Industrial	15.000	3.525	23,5
América Fabril	48.000	10.560	22
Nacional de Estamparia	50.000	10.000	20
Industrial Mineira	20.000	4.000	20
Cedro e Cachoeira	18.000	3.600	20
Deodoro Industrial	12.000	2.400	20
Industrial Itaunense	9.000	1.800	20
Petropolitana	11.900	2.352	19,7
Progresso Industrial	40.500	7.290	18
Nova América	40.000	7.200	18
Cometa	5.400	648	12

FONTE: STEIN (1979)

Durante a década de 50 a SJE realizou significativos investimentos em maquinários ainda que mais tarde esses tenham se mostrado insuficientes. Modernizou os teares através da automatização de troca de espulas, o que possibilitou que uma tecelã que “tocava” quatro teares, passasse a “tocar” doze. Modernizou também os batedores e as cardas e adquiriu: paradores automáticos para o urdume, uma máquina de abrir e bater varreduras, uma máquina “Dronsfield” para colocar tops nos flatts, uma chamuscadeira, uma máquina para emendar fios de urdume, uma máquina operatriz, um estripador a vácuo, uma engomadeira, uma caldeira automática, uma carda abridora, uma autoclave, uma penteadeira entre outras. Também no início da década, a fim de melhorar o fator força, foram importados vários materiais elétricos da General Electric S.A.

Havia também na fábrica uma série de outras máquinas que precisavam ser substituídas devido à defasagem tecnológica, mas não o foram, nem na década de 50 nem na de 60, por falta de recursos ou por esta medida não ter sido priorizada pela administração. A fábrica funcionava com uma estrutura administrativa totalmente familiar, distribuía elevados dividendos e mantinha conselhos (fiscal, administrativo e consultivo) que na prática não tinham qualquer função, mas que remuneravam bem os seus membros. Desta forma, recursos que poderiam ser investidos em maquinário eram desviados para manter essa estrutura. A fábrica era a “grande mãe mantenedora” dos acionistas que eram do mesmo grupo da época de sua fundação.

Na década de 70 iniciaram-se as crises na SJE. A Companhia Mineira de Eletricidade (CME), empresa do mesmo grupo da SJE, que tinha como presidente Theodorico Álvares de Assis<sup>20</sup>, ajudou financeiramente a fábrica através de um sistema que permitia a essa conseguir recursos a custos baixos. O sistema consistia numa troca de “favores” que se dava da seguinte forma: a CME fazia um grande depósito em dinheiro num determinado banco e este, em troca da captação de recursos, emprestava o dinheiro ou descontava títulos a juros bem abaixo do mercado para a SJE. Desta forma a fábrica conseguiu manter-se sem prejuízos contábeis até o final dos anos 70 (SJE, 1976).

No final da década de 70 ainda houve algum investimento em maquinário quando foram comprados: uma máquina de estampar “Stork”, cem teares “Howa”, uma autoclave para estamparia, entre outros. Esses investimentos, ainda que necessários, podem ter agravado o baixo nível de capital de giro verificado na empresa neste período.

Com a venda da CME para a Companhia de Eletricidade de Minas Gerais (CEMIG), a fábrica perdeu a “boa-irmã” que vinha lhe auxiliando financeiramente e enfrentou no início dos anos 80 a mais grave crise de sua história, num momento em que a economia nacional passava por um grave período recessivo.

Fundamentada numa arcaica estrutura familiar, a fábrica, ao entrar num processo recessivo, suscitou pesadas brigas na família gerando um clima de desconfiança entre os acionistas e a diretoria, que eram “membros da mesma família”. Como medida de emergência, em 1981, o setor de cobertores foi desativado, o qual era deficitário e estava com maquinário defasado tecnicamente. Além disso, foram vendidos terrenos e imóveis de propriedade da SJE, bem como se iniciou a venda das casas que pertenciam à fábrica e formavam a vila-operária (SJE, 1981).

Como a situação não melhorava e as discussões entre familiares se agravavam, optou-se por vender a fábrica. Com maquinário bastante defasado tecnicamente, nenhum dos poucos interessados (Aristides Rache da Fábrica São José em Barbacena e Ivan Botelho da fábrica Cataguases-Leopoldina entre outros) efetuou a compra. Em dezembro de 1981 a fábrica foi finalmente vendida. Com o novo proprietário a SJE se recuperou e começou a escrever um novo capítulo de sua história (SJE, 1981).

---

20A Companhia Mineira de Eletricidade, inaugurada em 1888, teve sua primeira administração liderada por Bernardo Mascarenhas. Em 1911, o controle acionário passa a ser comandado pelo grupo Assis-Penido, o qual tinha como sua figura principal o Coronel Teodorico de Assis.



### 3.1 – A Fabrica de Tecidos São João Evangelista

Uma nova fase se inicia na SJE com a compra da maioria das ações pelo já sócio, Eduardo Pinheiro de Assis, neto do fundador da fábrica, o qual passa a deter 96,96% das ações e apenas 3% das ações ficam em posse de alguns membros da família.

Eduardo, cujo capital foi acumulado no setor de lanchonetes em Campinas (SP), tinha intenção de comprar a Fazenda da Floresta, mas na impossibilidade de adquiri-la, já que outro membro da família, Mário de Assis Ribeiro de Oliveira, havia decidido pela compra antes, optou pela aquisição da fábrica, em dezembro de 1981.

A situação da fábrica no início de 1982 era bastante desfavorável e um ano mais tarde com a continuidade da crise nacional a situação piorou. Eduardo pensa em desfazer-se do negócio. Segundo ASSIS, J. C. (1993), *“a crise era geral, mas a fábrica estava muito debilitada, enquanto as outras empresas estavam gripadas a SJE. estava com pneumonia.”* Alguns compradores inicialmente interessados em adquirir a fábrica visitaram-na, mas a venda não é concretizada. Eduardo toma então a decisão de não vender a fábrica. Ou a empresa sairia da crise ou fecharia.

Apesar de ser da família, Eduardo tinha outra visão do negócio. Acabou com a distorcida estrutura administrativa mantendo apenas a diretoria constituída por dois membros: ele próprio e o irmão, José Carlos Pinheiro de Assis, que já trabalhava na fábrica há quatro anos. Demitiu mais de 300 funcionários, mantendo apenas o mínimo necessário para a fábrica não parar. A produção em 1983 caiu de 700.000 metros para, aproximadamente 80.000 metros de tecidos (SJE, 1983).

Para pagar as contas (fornecedores e impostos) que se atrasaram em função da crise, em 1983, foi vendida uma das máquinas mais novas e de maior valor: a máquina de estampar “Stork”, e os trabalhadores de estamperia continuaram com a antiga máquina.

Neste mesmo ano foram quebrados propositalmente, a mando da diretoria, os teares “Dicksons” que vieram da Inglaterra para a “Fábrica Nova”. Quebrados e vendidos ao ferro-velho, possibilitaram o pagamento ao pessoal do 13º salário que estava atrasado.

Apesar de estar com maquinário totalmente defasado – a fiação ainda era feita nas “Saco-Lowell” de 1938 – a fábrica já sem dívidas volta a respirar. Eduardo compra dois anos mais tarde (1985), uma máquina de estampar igual a que tinha sido vendida em 1983 sendo que no período de dez anos (1983-1993) todas as máquinas foram substituídas e nenhuma foi aproveitada: tudo virou sucata.

A partir de 1986, numa situação bem mais favorável, a SJE começa a investir novamente, reestruturando os prédios e comprando novas máquinas. Importou do Japão duas

bobinadeiras “Murata” e da Suíça uma máquina para gravação de cilindro. Adquiriu também novas máquinas: chamuscadeira, rama, mercerizadeira, lavadeira, calandra, entre outras. Ainda neste ano foram feitos planos de se montar uma tecelagem a jatos de ar. (ASSIS, E. P., 1993)

Em 1993 a SJE empregava uma média de 323 funcionários (Tabela 02), 13.000 fusos e 210 teares, produzindo anualmente 5.000.000 metros de tecido (morim e principalmente e “Florestine” - popeline estampada) e 250 toneladas de algodão hidrófilo “Farol”. A produção era vendida através de representantes, para todo o Brasil, ainda que as vendas se concentrassem em São Paulo.

**Tabela 02 - Mão de obra empregada na SJE**

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
<b>1993</b>	282	298	314	319	324	328	334	334	336	333	339	339	323
<b>1994</b>	338	330	338	293	283	287	287	290	343	345	343	345	319
<b>1995</b>	350	353	350	345	344	341	337	333	291	289	282	279	325
<b>1996</b>	273	277	296	299	354	357	360	362	362	375	381	375	339
<b>1997</b>	371	370	360	358	355	305	300	296	301	301	298	296	326
<b>1998</b>	301	300	298	299	294	302	302	299	297	299	300	299	274
<b>1999</b>	303	308	306	291	290	296	297	299	306	325	335	334	308
<b>2000</b>	350	350	352	322	318	313	308	306	300	303	301	307	319
<b>2001</b>	302	300	295	295	289	282	274	238	243	242	241	239	270
<b>2002</b>	243	249	245	251	253	272	276	282	287	303	306	302	272
<b>2003</b>	305	307	312	304	287	290	288	288	293	300	298	270	295
<b>2004</b>	267	269	264	264	265	274	306	304	312	332	347	335	295
<b>2005</b>	311	309	314	340	331	280	255	253	250	261	271	316	291
<b>2006</b>	315	314	314	315	315	326	306	301	219	195	191	190	251
<b>2007</b>	190	187	185	265	287	296	298	289	295	302	311	312	268
<b>2008</b>	312	320	313	327	323	339	354	367	374	376	385	386	379
<b>2009</b>	406	402	399	402	405	405	401	406	405	418	419	407	406
<b>2010</b>	411	421	424	430	439	433	423	416	417	-	-	-	424
<b>Média</b>	307	308	209	311	313	317	311	309	307	312	315	317	

Fonte: CAGEDE - Ministério do Trabalho (1993 a 2010)

A matéria-prima utilizada para a fabricação dos tecidos era o algodão em pluma, cujo consumo anual girava em torno de 900 toneladas. O algodão era normalmente adquirido das plantações de São Paulo e Paraná, entretanto, no início de 1993, com a falta desse no mercado interno, foi necessário importar algodão da Turquia e Grécia. A matéria-prima usada para o algodão hidrófilo, o stripp de penteadeira (resíduo do algodão), era adquirido em sua maioria de fábricas têxteis mineiras, sendo o consumo anual em torno de 280 toneladas.

A SJE ainda mantinha no início dos anos 90 a escola, o posto médico-dentário e o armazém. A mão-de-obra em sua maioria residia na Floresta ainda que as “Vilas-Operárias” não pertenciam mais à fábrica. A mudança na relação entre patrão e operários se ilustra com a

ocorrência de três greves por aumentos salariais associadas aos trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora durante o período de 1983 a 1993 e, apenas uma, foi exclusiva da SJE<sup>21</sup>

A partir da década de 90, como várias outras fábricas têxteis, a SJE enfrentou retração das vendas em função da abertura do mercado nacional que “liberou” as alíquotas de importação facilitando a entrada de tecidos “*made in*” Taiwan, Coréia, Singapura e China. Devido à entrada dos produtos do leste asiático, a SJE buscou fazer produtos mais elaborados e investir na diversificação da produção. Como consequência alterou-se a escala de produção, produzindo-se maior diversidade de artigos, cada um deles em menor quantidade. Os custos também tiveram que ser “enxugados” para que a fábrica tivesse condições de competir no mercado. Além disso, procurou-se investir em equipamentos mais modernos, e começou-se a preocupar com as tendências da moda.

O esforço empresarial se fez sentir não só com o trabalho, mas também com o reconhecimento. Neste sentido, a SJE foi uma das homenageadas, no ano de 1993, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), com a comenda “Américo Renê Giannetti” em função de ser uma empresa fundada nos anos 20 que “*em atividade ininterrupta se conserva como exemplo notável do esforço e visão empresarial*” demonstrando a “*capacidade da livre iniciativa em criar a riqueza social.*” (FIEMG, 1993).

Em 1994, com o Plano Real e a consequente estabilização da moeda, as condições do mercado interno se modificaram. Apesar da valorização da moeda ter criado dificuldades para as empresas exportadoras, para a SJE. - que não mantinha relações de venda com o mercado externo - as consequências foram muito boas, pois segundo Assis, J. C (2010) “*chegou a faltar produtos para venda*”.

Ainda em 94, reformou-se<sup>22</sup> uma área da fábrica para receber 20 teares suíços (Sulzer). No ano seguinte 48 teares foram adquiridos para a montagem da área dos teares Ribeiro<sup>23</sup>. Em 2000 a SJE realiza a compra de 21 teares Picanol (importados da Bélgica), uma urdideira seccional e uma urdideira direta, mais três turbos para tingimento, que daquele ano em diante seriam usados para a produção de tecidos de fios tinto xadrez.

---

21 A greve exclusiva da SJE ocorreu em função de um erro do banco que recolhia o PIS dos operários. Até que se provasse aos operários que o erro era do banco e não da fábrica, esses se manifestaram em forma de greve. As outras greves do período estiveram ligadas ao “Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias de Fiação e Tecelagem” que reivindicava aumentos de salário. A partir desta ano ocorreu apenas uma ameaça de greve, mas que com simples conversa chegou-se a um acordo

22 90% dos investimentos (90%) são feitos com recursos próprios e o restante com recursos do BNDES.

23 Assim conhecidos por serem adquiridos da empresa Ribeiro S.A.

No início de 2003 a fábrica adapta primeiramente um tear Ribeiro para o início da produção de toalhas e aos poucos, de quatro em quatro os teares foram sendo modificados. Em 2004, a fábrica possuía 42 teares produzindo toalhas. Ainda em 2004 a fábrica abre uma “lojinha” – como ficou conhecida – para a venda de varejo para a região<sup>24</sup>. É nesse ano que a SJE desfaz-se da responsabilidade da escola<sup>25</sup>. Dois anos depois (2006) há a construção da estação de tratamento biológico, que através do tratamento de efluentes, permite devolver a água tratada aos rios da Bacia Hidrográfica: do Rio Paraibuna

Em 2008, com a crise americana e a conseqüente valorização do dólar (nos primeiros meses da crise), as vendas melhoraram muito, mas após alguns meses, com a desvalorização da moeda americana, as vendas voltaram a cair. Nesse ano, o então diretor e irmão de Eduardo, José Carlos Pinheiro de Assis sai da fábrica, entrando em seu lugar dois novos diretores: Inácio Carvalho de Assis – diretor administrativo e Rogério Friaça Rocha Cardoso – diretor comercial. Sendo Inácio primo de Eduardo.

Ainda em 2008 a fábrica adquire mais 12 teares Sulzer. No ano seguinte há um investimento em três cardas Truxila para a melhoria na qualidade do algodão hidrófilo e para a produção de hastes flexíveis da marca Farol.

Em setembro de 2010 a fábrica emprega 417 funcionários (Quadro 01), 9.880 fusos e 101 teares, produzindo 4.200.000 metros de tecido, 480 toneladas de algodão hidrófilo e 140 metros de toalha. Seus produtos são: algodão “Farol”, o “florestine” (gold/popeline estampada) brim e cotelê; sendo gold e campo operatório<sup>26</sup> os principais.

Apesar da queda da produção, comparativamente a 1993, verifica-se um aumento da produção de algodão hidrófilo e uma expansão de 23% do emprego comparativamente a setembro de 1993. Neste mesmo mês Jose Carlos Pinheiro de Assis retorna à SJR no lugar e Inácio Carvalho de Assis.

#### **4. CONCLUSÃO**

O complexo agroindustrial da Floresta, em Juiz de Fora, é um exemplo da transferência direta do capital do café para a indústria. O complexo surgiu com a fazenda de café em 1858 e em 1925 instalou-se a fábrica têxtil. A fábrica de tecidos São João Evangelista, que começou pequena, teve grande impulso a partir de 1938, com a importação de uma fiação americana e

---

24 Os produtos colocados à venda eram, inicialmente, os que estavam estocados na fábrica (podendo apresentar algum defeito ou não). A partir de 2006 a fábrica começa a produzir de acordo com a demanda da loja.

25 A partir deste ano a empresa deixou de prestar qualquer tipo assistencialismo à comunidade

26 A produção do campo operatório é contabilizada como tecido

uma tecelagem inglesa. Durante a II Grande Guerra a SJE obteve lucros extraordinários, os quais permitiram que o complexo se expandisse e se diversificasse. Além da fazenda e da fábrica, foi incorporado a esse um banco e uma empresa aérea. Vale dizer que a SJE já era proprietária, desde 1911, da Companhia de Energia da cidade que também era responsável pelos serviços de bondes e telefones.

No complexo verificou-se que a estrutura familiar de administração funcionou enquanto os lucros foram altos e sustentaram toda a família. Com o crescimento dessa e a diminuição daqueles, começaram os problemas entre acionistas e diretoria e vieram à tona as falhas desse tipo de estrutura administrativa.

Na década de 80, tanto a fazenda como a fábrica foram vendidas para herdeiros da família Assis. Na SJE uma fase de austeridade e crescimento se inicia em 1981, com a aquisição de aproximadamente 97% das ações por um dos sócios.

A Fazenda da Floresta e a Fábrica de Tecidos São João Evangelista, hoje independente, mas ainda propriedades de descendentes do grupo fundador têm para a cidade de Juiz de Fora, um inegável valor histórico

## 5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

ARANTES, Luis Antônio Valle. **As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora: 1858 – 1912**. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 1991.

ARQUIVO, CETex. 1946

ARQUIVO SJE 1923-1993.

ARQUIVO SJE. 1993-2010. **CAGEDE** – Ministério do Trabalho.

ASSIS, Eduardo Pinheiro. **SJE: 1981/1993**. Entrevistas concedidas à MAULER, Luciana de Assis. Em Outubro/1993

ASSIS, Eduardo Pinheiro. **SJE: 1993/2010**. Entrevistas concedidas à ASSIS, Carolina Moraes Sarmiento. Em Outubro, novembro/2010

ASSIS, José Carlos Pinheiro. **SJE na década de 80**. Entrevista concedida à MAULER, Luciana de Assis. Em 05/11/93

ASSIS, José Carlos Pinheiro. **SJE: 1993 - 2010**. Entrevista concedida à ASSIS, Carolina Moraes Sarmiento de. Em Setembro/outubro/novembro/2010

ASSIS, Júlio Álvares. **A Fazenda da Floresta**. Entrevista concedida à MAULER, Luciana de Assis, em 30/10/93.

ASSIS, Sérgio Pinheiro. **SJE: 1958/1962**. Entrevista concedida à MAULER, Luciana de Assis, em 09/11/93.

DIÁRIO MERCANTIL. **Realidade industrial de Juiz de Fora**. Novembro, 1972.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais**. São Paulo, HUCITEC, 1988.

ESTEVES, Albino de Oliveira. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1915.

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. **Carta-Convite**. 04/11/93.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850 – 1930**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1988.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais no início do século: algumas observações**. IPE-USP, Estudos Econômicos, v.8, nº2 mai/ago. São Paulo, 1978.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O Capitalismo tardio**. 6. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Assis Ribeiro. **Eles e vocês**. 1956.

OLIVEIRA, Paulino. **Efemérides Juizforanas. (1698 – 1965)**. UFJF, 1975.

ONO., Relatório. Labour Productivity. In: STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850 – 1950**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

PICCOLI, Ivo A. Cauduro. **Dicionário Têxtil**. Rio de Janeiro, 1948.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da vida rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 1973.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, nacional, 1968.

SOUZA, Creonice Aparecida de Oliveira. **SJE: 1993/2010**. Entrevistas concedidas à ASSIS, Carolina Moraes Sarmento. Em outubro, novembro/2010

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850 – 1950**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

**ANEXO 1 – Diretoria da SJE 1933 – 2008**

1933	Theodorico Álvares de Assis Francisco Álvares de Assis	1965	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis Gumercindo Barroso Machado Francisco Pinheiro de Assis Júlio Cesar Alcântara de Assis
1938	Theodorico Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis		
1955	Theodorico Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis	1966	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis
1962	Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Sergio Pinheiro de Assis Paulo Monteiro de Assis	1983	Eduardo Pinheiro de Assis José Carlos Pinheiro de Assis
		2008	Eduardo Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis Rogério Friaça Rocha Cardoso

FONTE: SJE (1933 a 2008)

**ANEXO 1. A – Conselho Fiscal da SJE 1932 – 1982**

1932	Cel. Theodorico Ribeiro de Assis João Nogueira Penido Frederico Álvares de Assis	1951	João Ribeiro Villaça João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira
1936	João Ribeiro Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Frederico Álvares de Assis	1956	João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés
1938	João Ribeiro Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Francisco Álvares de Assis	1972	João Bernardino Alves Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Henrique José Hargreves
1941	José Maria Penido João Bernardino Alves João Ribeiro Villaça	1977	João Bernardino Alves Henrique José Hargreves Moacyr Teixeira Reis
1942	João Bernardino Alves João Ribeiro Villaça Pedro Ribeiro da Costa	1982	José Pedro Lacerda Machado Iroá de Oliveira Braga Walter Gosling Júnior
1945	João Ribeiro Villaça João Bernardino Alves Albino Machado	1982	Extinto

FONTE: SJE (1932 – 1982)

**ANEXO 1. B – Conselho Fiscal – Suplentes da SJE 1932 – 1982**

1932	Francisco Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1945	Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alfredo Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés
1934	João Ribeiro Villaça Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1951	Alfredo Ribeiro de Oliveira Alberto Andrés Carlos de Castro Teixeira
1936	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis Albino Machado	1956	Henrique José Hargreves Moacyr Teixeira Reis Carlos de Castro Teixeira
1938	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira	1977	Haroldo Renault de Oliveira Renato de Carvalho Loures Edson Campos Porto
1939	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Júlio Álvares de Assis João Álvares de Assis	1982	Dalmo Muller Pessoa José Augusto Martins Villela Jarbas de Souza
1941	Albino Machado Luiz Gonzaga Ribeiro de Oliveira Alfredo Ribeiro de Oliveira	1982	Extinto

FONTE: SJE (1932 – 1982)

**ANEXO 1. C – Conselho de Administração da SJE 1955 –1981**

1955	João Ribeiro Villaça Francisco Álvares de Assis Roberto Repetto João Álvares de Assis Ignácio de Assis Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira	1970	Joaquim Ribeiro de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1958	Francisco Álvares de Assis Roberto Repetto João Álvares de Assis Ignácio de Assis Villaça Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira	1974	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília de Assis Mauler Carolina de Assis Repetto
1959	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto	1975	Maria da Conceição A. R. de Oliveira Irene de Assis Villaça Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1961	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto Júlio Álvares de Assis Frederico Álvares de Assis	1977	Theodorico Álvares de Assis Luiz de Assis Villaça Mário de Assis Ribeiro de Oliveira Maurício Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis
1962	Francisco Álvares de Assis João Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Haroldo Renault de Oliveira Luis de Assis Villaça Carolina de Assis Repetto Theodorico Álvares de Assis Júlio Álvares de Assis Leonor Carvalho de Assis	1980	Theodorico Álvares de Assis Maurício Pinheiro de Assis Inácio Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto
1966	Francisco Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira João Ribeiro Villaça	Jul/1981	Theodorico Álvares de Assis Maria da Conceição A. R. de Oliveira Leonor Carvalho de Assis Berenice Machado Eduardo Pinheiro de Assis
1969	Francisco Álvares de Assis Joaquim Ribeiro de Oliveira Luiz de Assis Villaça	Ago/1981	Theodorico Álvares de Assis Maria da Conceição A. R. de Oliveira Leonor Carvalho de Assis Berenice Machado José Carlos Pinheiro de Assis
Extinto em 1982			

FONTE: SJE (1932 – 1981)

**ANEXO 1. D – Conselho Consultivo da SJE 1977 – 1981**

Criado em 1977 Extinto em 1981	Leonor Carvalho de Assis Marília Pinheiro de Assis Carolina de Assis Repetto Maria da Conceição de Assis Ribeiro de Oliveira
-----------------------------------	---

FONTE: SJE (1932 – 1981)



**ANEXO 2 – Lucros e Dividendos da SJE (1) 1933 -2008**

Ano	Lucro Líquido (A)	Dividendos (B)	B/A %	Ano	Lucro Líquido (A)	Dividendos (B)	B/A %
1933	400:922\$580	175:000\$000	43,6	1964	132.850.979,30	30.547.588,00	
1934	312:402\$380	222:600\$000	71,2	1965	138.706.864,00	10.447.588,00	22,9
1935	233:514\$000	155:856\$000	66,7	1966	190.816.750,00	-	7,7
1936	515:581\$000	150:000\$000	29,0	1967	207.479,88	-	-
1937	495:350\$000	340:040\$000	68,6	1968	859.527,23	-	-
1938	427:500\$000	300:000\$000	70,0	1969	806.020,55	156.000,00	-
1939	866:000\$000	583:132\$000	67,3	1970	909.667,46	175.500,00	19,3
1940	1.681:286\$000	1.192:660\$000	70,9	1971	1.729.946,14	219.375,00	19,2
1941	3.531:826\$600	2.159:373\$000	61,1	1972	1.613.726,75	254.475,00	12,6
1942	5.950.202,00	2.756.054,00	46,3	1973	2.805.443,03	285.187,50	15,7
1943	7.838.609,00	4.050.000,00	51,1	1974	6.707.002,22	329.062,50	10,1
1944	10.880.580,00	4.725.000,00	43,4	1975	1.665.132,96	349.628,90	4,9
1945	13.699.182,00	9.000.000,00	65,6	1976	7.226.272,23	702.685,55	20,9
1946	17.892.016,00	7.500.000,00	41,9	1977	7.090.647,65	1.028.320,00	9,7
1947	12.347.724,00	3.075.000,00	24,9	1978	12.241.662,43	1.574.960,00	14,5
1948	10.452.874,00	7.500.000,00	71,7	1979	21.845.250,94	2.300.000,00	12,8
1949	11.040.481,00	7.500.000,00	67,9	1980	(4.907.992,31)	2.300.000,00	10,5
1950	11.714.480,00	7.500.000,00	64,0	1981	(54.607.492,18)	-	-
1951	14.730.185,00	8.625.000,00	58,5	1996	666731,59		-
1952	15.752.596,00	6.750.000,00	42,8	1997	60606,35		
1953	15.676.079,00	8.250.000,00	52,6	1998	-		
1954	19.809.343,00	9.000.000,00	45,4	1999	-		
1955	18.663.505,00	9.750.000,00	52,2	2000	484467,48		
1956	23.390.095,00	14.750.000,00	63,0	2001	116509,92		
1957	12.528.336,00	9.600.000,00	76,6	2002	-		
1958	14.533.655,00	9.600.000,00	66,0	2003	617120,76		
1959	24.749.290,00	10.400.000,00	42,0	2004	576297,39		
1960	27.038.503,00	12.000.000,00	44,3	2005	677763,15		
1961	37.652.556,00	16.800.000,00	44,6	2006	403.570,15		
1962	41.230.353,00	26.100.000,00	63,3	2007	(389035,95)		
1963	91.074.776,00	35.300.000,00	38,7	2008	(12939,02)		

FONTE: SJE (1933 -2008)

**ANEXO 3 – Aumentos de capital da SJE (1) 1932 – 2009**

Ano	Capital	Ano	Capital	Ano	Capital
1932	700:000\$000	1972	4.387.500,00	1992	1.242.537.387,00
1934	1.500:000\$000	1974	5.484.375,00	1993	299483370,20
1936	2.000:000\$000	1975	6.855.469,00	1994	266464,89
1940	6.000:000\$000	1976	10.283.203,00	1995	2548794,64
1942	9.000:000\$000	1977	17.481.445,00	1996	
1946	15.000.000,00	1978	28.319.941,00	1997	
1952	30.000.000,00	1979	42.479.911,00	1998	-
1955	45.000.000,00	1980	63.719.866,00	1999	-
1956	80.000.000,00	1981	95.579.799,00	2000	-
1961	130.000.000,00	1982	187.897.425,04	2001	2956409,04
1962	160.000.000,00	1983	371.585.000,00	2002	2956409,04
1963	200.000.000,00	1984	764.638.392,00	2003	2996409,04
1964	300.000.000,00	1985	2.357.635.042,00	2004	2996409,04
1964	1.044.758.800,00	1986	12.743.973,20	2005	2996409,04
1965	1.144.758.800,00	1987	31.859.933,00	2006	2996409,04
1966	1.300.000.000,00	1988	138.909.307,88	2007	2996409,04
1967	1.950.000,00	1989	1.274.397,32	2008	2996409,04
1969	2.925.000,00	1990	25.487.946,40	2009	2996409,04
1971	3.510.000,00	1991	214.735.948,42		

FONTE: SJE (1932 -2009) (1) 1932/1941: Contos de réis; 1942/1966: Cruzeiros; 1967/1985: Cruzeiros novos, 1986/ 1988: Cruzados; 1989: Cruzados novos, 1990/1993: Cruzeiros e 2004: Real.